

Notas sobre uma crítica feminista a Robert W. Cox

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Como citar: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Notas sobre uma crítica feminista a Robert W. Cox. *In*: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.49-62. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-365-6>. p49-62



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

NOTAS SOBRE UMA CRÍTICA FEMINISTA A ROBERT W. COX

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

INTRODUÇÃO

O campo disciplinar das Relações Internacionais é costumeiramente masculinizado. Seja pela proeminência e projeção pública teórica e referencial autoral masculina de nomes como Kenneth Waltz (1979) e Hans Morgenthau (2003), seja pela construção de gênero masculinizada em todas as suas dimensões enquanto área científica. Neste esteio, há a associação hegemônica¹ a imagens de força no além-fronteiras em vista da ausência de um único poder soberano mundial, ponto que se desdobra em Estados à sombra da guerra sob risco e possibilidade do recurso à violência. Os fenômenos além-fronteiras – as relações internacionais – seguem uma construção social e histórica também masculinizada com associações parecidas, relegando a presença feminina muitas vezes também a papéis másculos, como a enérgica Golda Meir – que quase desencadeou uma

¹ Neste texto, a hegemonia é abordada no sentido de Gramsci (1975).

terceira guerra mundial com a forte intenção do uso da bomba nuclear israelense na guerra Yom Kippur em 1973 – e a “dama de ferro” Margareth Thatcher com sua irrefreável resposta britânica contra a Argentina na guerra das Malvinas em 1982.

Diante de tal quadro, uma das alternativas teóricas relevantes reconhecidas em prol das abordagens de gênero e feministas (SHIP, 1994, p. 138; TICKNER, 1997, p. 219; WHITWORTH, 1994; 2001) nas Relações Internacionais emergiu a partir da contribuição que Robert W. Cox denominou teoria crítica. Todavia, a aplicação de tal contribuição teórica no âmbito das formulações de gênero esbarrou em certos aspectos de sua própria elaboração que contradizem os aspectos enaltecidos por relevantes autoras feministas no campo das Relações Internacionais.

Neste sentido, o objetivo deste texto é exatamente pontuar um destes aspectos, a saber, a dificuldade de ir às últimas consequências, de desdobrar teoricamente na sua plenitude os princípios enunciados pela referida teoria crítica para o desenvolvimento de uma perspectiva epistemologicamente adequada a uma proposta feminista e de gênero. Em outras palavras, trata-se de uma crítica feminista à formulação teórica de Cox que, sob certos aspectos, se contradiz em termos de sua adequação a uma perspectiva de emancipação feminina, reproduzindo padrões conceituais canônicos masculinizados da área. Assim, a pergunta central deste texto é a seguinte: de que forma a teoria crítica de Robert W. Cox se contradiz quanto à sua adequação para uma proposta teórica feminista no tocante à construção social e histórica da perspectiva de gênero? A hipótese a ser desenvolvida neste texto sustenta que a teoria crítica possui um ecletismo epistemológico que coloca em xeque algumas de suas bases fundamentais para a sustentação de uma proposta feminista ao aceitar, com limites, algumas das proposições das teorias *problem-solving*, que aceitam um único padrão histórico sem atentar para as questões históricas e sociais de gênero.

O texto seguirá etapas a serem descritas sumariamente. A primeira será a caracterização da teoria crítica de Robert W. Cox por oposição às teorias *problem-solving*. A segunda mostrará as consequências e dificuldades teórico-práticas de tais definições para os nexos com uma das abordagens teóricas internacionalistas de feminismo e de gênero identificadas com a teoria

crítica. A terceira mostrará esboçar a alternativa teórica para as dificuldades identificadas e a última, na forma de considerações finais, resumirá os principais argumentos e proporrá pontos para desenvolvimento futuro.

TEORIA CRÍTICA E TEORIA *PROBLEM-SOLVING*

As Relações Internacionais hegemonicamente tratam de relações interestatais ignorando em suas especificidades as forças sociais, culturais, morais, éticas, históricas etc. que compõem o conjunto das ocorrências no além-fronteiras e no âmbito nacional. A maioria das teorias busca destacar o internacional do plano interno e focalizar nas questões políticas, em particular, as relações entre as unidades políticas. A proposta da teoria crítica de Cox busca uma diferenciação destas abordagens hegemônicas no campo disciplinar.

Conforme Cox (1981), tal teoria crítica se diferencia daquelas por ele criticadas (chamadas de teorias *problem-solving*) na medida em que a primeira identifica historicidade, perspectiva transformadora e de mudança associada a uma concepção de história que se desdobra em propósito claro de transformação desta teoria, a identificação do objetivo em todas as abordagens teóricas, uma perspectiva da totalidade social com infinitas variáveis em que uma eventual delimitação de escopo das mesmas funcionaria apenas como um recurso metodológico e não como um princípio. Seria crucial para a abordagem da teoria crítica a interação entre capacidades materiais, ideias e instituições que permeiam os âmbitos nacional e internacional. Integram o escopo da teoria crítica de Cox e se constituem também em teorias críticas as abordagens de Edward Hallet Carr, Antonio Gramsci, dentre outros. Estes autores possuem em comum uma abordagem ampla da história e da realidade sem confiná-las a um padrão esquemático.

Por sua vez, as perspectivas *problem-solving* se pautariam, por oposição, por abordagem a-histórica, na medida em que identificam o sistema internacional repetitivamente como anárquico e marcado por ciclos de precário equilíbrio de poder sem sua particularização histórica.

Neste sentido também, contempla uma pretensa abordagem objetiva e distanciada, de manutenção do *status quo* e com número delimitado de variáveis como questão principal. A delimitação do escopo de análise confinado a alguns aspectos do plano internacional presente nas formulações de Waltz (1979) e de Morgenthau (2003) exemplificam esta circunscrição na resolução de problemas que envolve tais teorias².

Sandra Whitworth (1989, p. 267), autora que busca aplicar a teoria crítica coxiana às Relações Internacionais, estabelece três critérios para a avaliação quanto à adequação de uma teoria neste campo no tocante às abordagens de gênero. Tais parâmetros também são subscritos por outra autora, Susan Judith Ship (1994, p. 138). Quais sejam, a construção social do significado das ideias e de gênero, a possibilidade de se discutir a variabilidade histórico-empírica de gênero como produto das lutas dos agentes e das condições materiais de mudança e a possibilidade de investigar e conversar sobre as várias formas de relações de poder e desigualdades envolvendo homens e mulheres. A assunção coxiana de que toda teoria serve a um propósito também é concorde com outra relevante teórica feminista do campo disciplinar, J. Ann Tickner (1997, p. 619-620), sublinhando que não se pode ignorar as regularidades históricas e sociais associadas ao patriarcado e ao gênero, bem como questionar aqueles entendimentos que sustentam uma pretensa objetividade neutra e naturalizada ao longo da história.

Compatível com a mesma perspectiva histórica e de totalidade da teoria crítica, a construção da realidade internacional em sentido material, social, cultural também se coadunaria com a categoria de gênero, algo contemplado desde a sua elaboração originária no âmbito da Antropologia (RUBIN, 1975).

Neste mesmo diapasão, gênero vai muito além da questão dos cromossomos, hormônios, psicologia ou sexo biológico. Diz respeito à construção em caráter dinâmico de natureza histórica, cultural, material, social e até mesmo multirrelacional da associação às imagens masculina e feminina. Por sua vez, de modo geral, o feminismo diz respeito a todos os

² Na linha discutida por Tickner (1997, p. 619) no tocante a uma dificuldade de comunicação entre homens e mulheres, haveria uma lógica masculinizada na abordagem *problem-solving* (TANNEN, 1991, p. 36).

aspectos de lutas das mulheres e de seus movimentos por seus direitos e por sua emancipação.

Feitas tais definições, como estabelecer nexos e diferenciações entre estes dois conjuntos de teorias?

De acordo com a maioria das teorias internacionalistas tradicionais (chamadas neste texto de *problem-solving* a partir do rótulo usado por Cox), a condição perene de uma natureza humana antissocial e egoísta pautaria o comportamento de indivíduos e Estados em toda a história da humanidade. Fora dos domínios de uma autoridade soberana como o Estado em que se põe limites ao indivíduo para que isto não se desdobre numa anarquia no interior do seu território, os domínios internacionais proporcionam um ambiente frontalmente contrário a tal formato, absolutamente competitivo entre todas as unidades políticas, uma vez que não há uma soberania formal e de fato acima delas. Esta é a caracterização da anarquia internacional, que põe as unidades políticas à sombra das guerras quando estas não se concretizam em termos de efetivo engajamento militar, caracterizando uma única natureza competitiva aos indivíduos, aos Estados e à história como um todo. Precários equilíbrios de poder servem de interregno entre os conflitos violentos interestatais, complementando a caracterização desta padronização do plano internacional, em conformidade com a maioria das teorias *problem-solving*.

A anarquia internacional remete a uma construção original bastante masculinizada que se desdobrou nas interpretações contemporâneas de Hobbes (1985) pelos autores internacionalistas. O Estado é visto por Hobbes como o ente contratual que possibilita evitar o estado natural da humanidade de extrema competição entre os indivíduos. Visto como um poder gigantesco, nomeado metaforicamente como o monstro bíblico Leviatã, o livro homônimo de Hobbes retratava em sua capa de sua edição original um homem gigantesco encarnando a figura de um rei que assumia a delegação de todos os poderes individuais para evitar a competição mencionada como uma guerra de todos contra todos dentro de um dado território. Este raciocínio abstrato que constituía contratualmente o Estado não passaria de uma ficção sem qualquer lastro histórico e partiria de um

pressuposto similar acerca da impossibilidade do caráter social de todo e qualquer indivíduo, atributo imutável da condição humana.

A historicidade em termos de mudanças e transformações e o caráter social que pautam a luta, a transformação por trás das lutas feministas contra toda uma construção de gênero em múltiplas dimensões não se coaduna com esta perspectiva padronizada da história, da natureza humana e das relações internacionais. Uma avaliação de gênero também é permeada por uma abordagem holista e totalizante de caráter dinâmico que se opõe a tal visão de mundo, na medida em que o foco e ênfase das teorias *problem-solving* recairia sobre relações e conceitos políticos destacados da totalidade histórico-empírica.

Aparentemente, o dualismo metodológico envolvendo a diferenciação entre as teorias críticas e as teorias *problem-solving* promove uma associação, respectivamente, envolvendo as abordagens feministas e de gênero, de um lado, e as teorias tradicionais com uma perspectiva masculinizante, de outro. Todavia, a questão não é tão simples como parece.

Cox (1981, p. 129) compara a teoria crítica com a teoria *problem-solving* enunciado que a força de uma é a fraqueza da outra. Cox sustenta que a teoria crítica é mais adequada para a avaliação dos períodos históricos com maior propensão à transformação histórica, como o pós-Guerra Fria. Em contrapartida, as teorias *problem-solving* seriam mais ajustadas para os períodos menos propensos a mudanças e mais estáveis ou previsíveis, como a Guerra Fria. Paraphrasing Andrew Linklater (apud JAHN, 1998), a teoria crítica se coadunaria com uma “espécie de ilha que faria a ponte entre as melhores partes de todas as teorias”.

Tal caracterização se configura num ecletismo (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 263; 1996, p. 84-85). Em outras palavras, todos os conceitos, raciocínios, formulações incompatíveis entre si fariam parte de uma mesma teoria, não sendo resignificados de forma a se tornarem harmonizados entre si. Isto resulta num discurso vazio, em que formalmente os conceitos aparecem mas não o seu conteúdo propriamente dito, que não se desdobram em estratégias de investigação histórico-empíricas.

Dito de outro modo e a título de exemplificação, uma teoria ou conjunto de teorias ou grupo de categorias que contemplem a construção social, cultural e histórica em termos de especificidade sem o padrão repetitivo da anarquia e do equilíbrio de poder pode ser justaposto com uma análise a partir de uma teoria pautada pela repetição a partir da anarquia e do equilíbrio de poder. Tal justaposição não permite o desdobramento de uma análise minimamente coerente e sólida. Com outras palavras, isto significa que a teoria crítica se diferencia pela sua historicidade holista de caráter transformador e singular, comprometimento com as mudanças históricas mas aceita aportes de teorias que defendem exatamente o contrário.

Como este raciocínio se desdobra na perspectiva numa das abordagens feministas e de gênero inspiradas na teoria crítica de Cox? Isto será abordado a seguir.

SANDRA WHITWORTH E OS ESPAÇOS NAS TEORIAS PARA A ABORDAGEM DE GÊNERO

Conforme escrito acima, a abordagem de Whitworth buscar aplicar o aparato teórico de Cox à perspectiva de gênero. Whitworth (1989, p. 269-270) escreve que a teoria crítica é aquela mais receptiva às abordagens de gênero.

Todavia, a autora não deixa de fazer ressalvas surpreendentes sobre outras possibilidades teóricas em que, segundo ela, a abordagem de gênero poderia encontrar alguns espaços de receptividade.

Uma delas diz respeito a Hans Morgenthau (2003), um dos autores canônicos do campo disciplinar e, em particular, naquela perspectiva teórica hegemônica dentro dele que o próprio autor chama de realismo. A centralidade de interesse e poder focada nos Estados em perspectiva objetiva, racional e autônoma da política permeada por uma paz precária a partir do equilíbrio de poder em toda a história resume, em poucas palavras, a abordagem de tal construto teórico. Um dos desdobramentos de tal definição apontaria que a pretensa objetividade presente na natureza humana que aponta para as condutas centradas no interesse e no poder

não poderia contemplar as perspectivas de gênero e feministas. Na medida em que tais perspectivas envolvem aspectos normativos, valores, questões morais e posições e convicções políticas, elas não se enquadrariam na mencionada objetividade formulada por Morgenthau. A política interna dos Estados, suas ideologias e conflitos também se somariam àqueles pontos que Morgenthau não enxerga como objetivos e racionais para a avaliação e teorização da política internacional.

A ressalva de Whitworth não é surpreendente apenas por este motivo. Foi o próprio Robert W. Cox (1981, p. 131) que na sua formulação seminal sobre a teoria crítica elencou Morgenthau como autor com uma abordagem a-histórica (que a trata de forma repetitiva, portanto) e, assim, identificado com as teorias *problem-solving*.

É necessário acrescentar a isto que a abordagem de Morgenthau não assume de forma explícita a condição duradoura da anarquia internacional tampouco usa tal nomenclatura. Porém, o autor é concorde sobre a impossibilidade de uma autoridade mundial e de uma grande efetividade do Direito Internacional, pontos que corroboram indiretamente o argumento da situação propensa à guerra, à violência ou o seu risco, ou possibilidade. Dito de outra forma, refere-se à já reiterada anarquia.

De que forma Whitworth vê a “brecha” compatível com a abordagem de gênero? Ela reconhece que os autores realistas não são inclinados à teorização nesta temática, bem como possuem uma repulsa ontológica a tal perspectiva. Contudo, ela entende haver um espaço limitado para o início de um projeto nesta direção. O argumento recai sobre o entendimento de Morgenthau de que a atribuição de significado dos conceitos decorre do contexto histórico (WHITWORTH, 1989, p. 267). A objeção aqui refere a um aspecto já assinalado: a autora não atenta para o fato de que o conteúdo conceitual e teórico de Morgenthau tem como pano de fundo uma essência única da natureza humana, dos Estados e da história que é incoerente com o caráter das perspectivas de gênero. As análises efetuadas por Morgenthau são de forma contundente extremamente superficiais no trato com a história e este tópico exemplifica a incompreensão arrolada. De forma bastante recorrente, Morgenthau (2003) analisa períodos históricos completamente distintos numa mesma formulação superficial e numa

mesma passagem de um texto como se ambos fizessem parte de uma mesma lógica. Embora a autora afirme que tal significado histórico não possua nada de conteúdo essencialista (WHITWORTH, 1989, p. 268), ela não leva em consideração os aspectos mais gerais que estão por trás da elaboração do “papa do realismo”.

Whitworth avalia que a teoria neorrealista dos regimes internacionais se enquadra em raciocínio similar. *Grosso modo*, os regimes internacionais são entendidos como padrões e regras formais, informais de expectativas de condutas convergentes que envolvem agentes estatais, não estatais e as organizações internacionais no plano internacional. Embora a autora use o rótulo “neorrealista” neste caso específico, também ocorre uma imprecisão porque o mesmo normalmente se aplica normalmente a Kenneth Waltz. Waltz desconsidera em sua construção teórica sistêmica tais regimes na medida em que eles se ligam de diferentes formas a aspectos das políticas internas e das decisões dos governos dos Estados, pontos que não se constituem o foco de sua formulação teórica. Tal ressalva pode soar descabida, mas ilustra um pouco as dificuldades de compreensão teórica manifestadas pela autora em tela. Portanto, a teoria em questão poderia ser destinatária de uma classificação mais precisa. Voltando ao raciocínio de Whitworth, a autora ressalva que a teoria dos regimes internacionais em si tem uma base epistemológica mais voltada para os Estados e seus governantes do que para a abordagem de gênero. Mas ressalva haver uma abertura para os enfoques de gênero na medida em que sua epistemologia seja mais interpretativa, relativa a um significado não existente de antemão e construído de forma intersubjetiva (WHITWORTH, 1989, p. 208).

Ao contrário do que sustenta Whitworth, em sua grande maioria, as distintas abordagens teóricas dos regimes internacionais se inserem em concepções teóricas e históricas masculinizadas, padronizadas e mecânicas, que insistem num pano de fundo do ambiente internacional anárquico com uma concepção de história repetitiva baseada em ciclos precários de equilíbrio de poder.

De forma consciente ou não, Whitworth repete de forma semelhante as dificuldades metodológicas ligadas ao ecletismo de Cox em que se justapõe teorias com fundamentos excludentes e antagonicos entre si.

E acrescenta outra incompatibilidade categorial: justapõe a categoria de gênero, que se apresentou desde sua gênese como uma formulação de construção histórica, social e holista para aplicá-la em abordagens cuja visão mais ampla do panorama internacional sustenta exatamente o contrário, pautando a padronização mecânica da história, recortando a história e a base empírica na política e na sua respectiva autonomia.

Como esboçar uma alternativa teórica à perspectiva da teoria crítica? Isto será tratado a seguir.

ALTERNATIVAS TEÓRICAS?

Toda construção teórica que envolva formulações e categorias que sejam originalmente excludentes entre si precisa necessariamente passar, em alguma medida, por um processo de resignificação visando uma articulação teórica coerente e viável. Este é um ponto imprescindível para se evitar ecletismos de toda ordem. Dito de outra forma, reelaborar, traduzir de forma histórica e holista (GRAMSCI, 1975) preservando, ao menos em parte, o sentido analítico e conceitual original.

O ponto em análise neste texto não parece ser o caso. Os desdobramentos empírico-históricos de tal teorização não apontam que uma tal visão de mundo masculinizada e hegemônica das Relações Internacionais - ou alguns componentes da mesma - possam produzir efeitos teórico-práticos para a luta e a emancipação femininas.

Restaria como alternativa vislumbrar perspectivas teórico-prática feministas e que se coadunariam com a perspectiva de gênero que substituíssem por completo tais teorias.

Uma hipótese preliminar que poderia resultar em tal objetivo diz respeito a um dos principais impasses das autores feministas e de suas respectivas teorias no âmbito das Relações Internacionais. A hipótese em questão é a seguinte: alternativas teórico-práticas que substituam radicalmente os enfoques hegemônicos precisam necessariamente superar

a base epistemológica de confinamento e especialização dentro da Ciência Política, que se desdobra numa referência masculinizada.

A hegemonia teórica neste campo colocou as Relações Internacionais na “prisão da Ciência Política”³. O politicismo, as diversas dimensões como epifenômenos da política, o enfoque estadocêntrico tratado nas seções acima não precisam ser substituídos por outras prisões epistemológicas ou “caixinhas” disciplinares. O ponto de partida coerente com epistemologias feministas passa necessariamente pela emancipação de seres humanos na sua integralidade. Na medida em que a análise de gênero e a perspectiva teórico-prática feminista primam pela emancipação integral de qualquer ser humano, qualquer prisão teórica se relaciona de alguma forma com alguma prisão prática e isto deve ser evitado. A proposição é genérica e ambiciosa, mas se constitui num primeiro passo. Tentemos seguir adiante com outros passos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo deste texto mostrar como a teoria crítica de Robert W. Cox possui limites a uma abordagem adequada à perspectiva feminista e de análise de gênero a partir de sua enunciação eclética que permite, por um lado, situar de forma holista os âmbitos nacional e internacional privilegiando e enfatizando a diversidade histórica e seu comprometimento com as transformações e, por outro lado, fazer composições com aspectos de outras teorias completamente contraditórias em escopo e premissas em relação a tais enunciados emancipadores e de mudança.

O texto busca esboçar proposições teórico-práticas alternativas comprometidas com o propósito transformador feminista sugerindo traduções, ressignificações teórico-práticas e, acima de tudo, apontando a necessidade de uma radicalidade holista que substitua a prisão epistemológica e masculinizada que existe na Ciência Política e seus desdobramentos práticos, presentes, dentre outros, no campo disciplinar

³ Ver a respeito Rosenberg (2016).

das Relações Internacionais. Avançar nestes termos é um desafio coletivo pelo qual se deve lutar.

REFERÊNCIAS

- COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.
- HOBBS, T. *Leviathan: or The Matter, Forme, & Power of a Common-Wealth Ecclesiastical and Civil*. London: Penguin, 1985.
- JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millennium: Journal of International Studies*, London, v. 27, n. 3, p. 613-641, 1998.
- MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, DF: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. Patologia e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, n. 29, p. 82-85, 1996.
- ROSENBERG, J. International relations in the prison of Political Science. *International Relations*, London, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.
- RUBIN, G. The traffic in women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In: REITER, R. R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975. p. 157-210.
- SHIP, S. J. And What About Gender? Feminism and International Relations Theory’s Third Debate. In: COX, W. S. (ed.); SJOLANDER C. T. (org.) *Beyond Positivism: Critical International Relations Theory*. Boulder: Westview, 1994. p. 129-152.
- TANNEN, D. *You just don’t understand: women and men in conversation*. New York: Ballantine books, 1991.
- TICKNER, J. A. You just don’t understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. *International Studies Quarterly*, Beverly Hills, v. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.
- WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WHITWORTH, S. Gender in the Inter-paradigm Debate. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 18, n. 2, p. 265-272, 1989.

WHITWORTH, S. *Feminism and International Relations*. New York: Palgrave Macmilan, 1994.

WHITWORTH, S. The practice, and praxis, of feminist research in international relations. In: JONES, R. W. (org.). *Critical theory and world politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2001. p. 149-160.

